

Código Penal

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Concussão – características

Objeto jurídico: administração pública

Objeto material: vantagem indevida

Sujeito ativo: crime próprio

Sujeito passivo: Estado. Secundariamente, a pessoa jurídica ou física que sofre a exigência.

Elemento subjetivo: dolo

Consumação: crime formal (consuma-se com a exigência, independentemente da obtenção da vantagem exigida)

Competência: Justiça Federal (se a União for sujeito passivo) ou Justiça Estadual

Tentativa é cabível

APPI

Crime funcional próprio

Concussão	Extorsão	Corrupção passiva
Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.	Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.	Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.	Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.	Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
A exigência (ou constrangimento) é realizado mediante coação, intimidação	O constrangimento é realizado mediante violência ou grave ameaça	Não há constrangimento. Compatível com o crime de corrupção ativa (art. 333, CP)
Crime próprio ou especial	Crime comum	Crime próprio ou especial

Atenção!

- O crime de concussão não supõe a prática de corrupção ativa pelo particular. Ou seja, o particular, cede à exigência do funcionário público e entrega a vantagem indevida, não responde pelo crime de corrupção ativa (art. 333, CP).
- É legítima a utilização da condição pessoal de policial civil como circunstância judicial desfavorável para fins de exasperação da pena base aplicada a acusado pela prática do crime de concussão. (STF. HC 132990/PE, julgado em 16/8/2016 - Informativo 835 e STJ. HC 163.392/SP, julgado em 30/03/2015).

Código Penal

Art. 316 (...)

Excesso de exação

§ 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

1) (Q2894252 - FGV - TJ RN - Técnico Judiciário - Área Judiciária – 2023) João conduzia o seu veículo automotor, ocasião em que foi parado por uma blitz da Polícia Militar. Após analisar a documentação do condutor, o policial Caio exigiu, para si, R\$ 2.000,00 para liberar o automóvel. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Caio responderá pelo crime de:

- A) excesso de exação;
- B) corrupção passiva;
- C) corrupção ativa;
- D) concussão;
- E) peculato.

2) (Q2599554 - CESPE/CEBRASPE - MPC SC - Procurador de Contas – 2022) A respeito dos crimes contra a administração pública, julgue os itens que se seguem.

O funcionário público que exige para si vantagem indevida, mediante grave ameaça, comete o crime de concussão.

3) (Q2637482 - FGV - TRT 13 - Técnico Judiciário - Área: Policial Judicial – 2022) Adriano, Policial Rodoviário, em razão da função, exige de Victor certa quantia em dinheiro para não lavrar uma multa. Victor aceita a proposta, mas diz que precisa retirar dinheiro no caixa eletrônico. Quando Victor retorna do Banco, descobre que Adriano foi preso em flagrante por policiais à paisana que estavam no local. Nesse caso, Adriano

- A) não cometeu crime, porque não recebeu a quantia em dinheiro.
- B) praticou crime de concussão, na forma tentada, uma vez que não recebeu o dinheiro de Victor.
- C) praticou crime de extorsão, na forma tentada, uma vez que não recebeu o dinheiro de Victor.
- D) praticou crime de concussão.
- E) praticou crime de extorsão.

4) (Q2338825 - P RJ - MPE RJ - Promotor de Justiça Substituto – 2022) José é Policial Militar provisoriamente afastado por conta de problema de saúde. Nessa situação, presenciou seu vizinho Luís cometer um furto nas redondezas. José, então, no dia seguinte, associa-se a Pedro, contando-lhe o fato praticado por Luís. José e Pedro combinam de obter vantagem com a situação. Pedro, conforme acordado com José, procura a mãe de Luís, informa que sabem do furto e exige o valor de R\$ 10 mil para que José não execute a prisão em flagrante de Luís. A mãe de Luís, sabedora do cargo exercido por José e tendo em vista temer pela prisão do filho, aceita a exigência. O dinheiro não é entregue porque a mãe de Luís desiste do pagamento. José não prende Luís. Diante deste cenário hipotético,

- A) Pedro praticou concussão, na modalidade consumada.
- B) a mãe de Luís praticou corrupção ativa, na modalidade tentada.
- C) José praticou corrupção passiva, na modalidade tentada.
- D) Pedro praticou extorsão, na modalidade consumada.
- E) a mãe de Luís praticou corrupção passiva, na modalidade consumada.

5) (Q2652197 - MPF - Procurador – 2022 – Adaptada) No que pertine ao crime de concussão (art. 316, do cp), assinale a alternativa correta:

A) Nos termos da jurisprudência do STJ, se o funcionário público se utiliza das elementares da violência ou grave ameaça para exigir a vantagem indevida, ele deve responder pelo crime de concussão e não pelo crime de extorsão.

B) Segundo a jurisprudência do STJ, a cobiça, a ganância ou a intenção de obter lucro fácil constituem elementares dos crimes patrimoniais, podendo, assim, na condenação por concussão, serem utilizadas para a exasperação da pena-base, sem que isso importe em indevido bis in idem.

C) De acordo com a jurisprudência do STJ, na condenação por concussão é legítima a exasperação da pena-base pela maior reprovabilidade da conduta em razão da modalidade do cargo ocupado pelo réu, não se confundindo com a elementar funcionário público do tipo penal.

D) A prisão em flagrante pode ocorrer no momento em que o autor da concussão recebe a vantagem indevida, ainda que ela ocorra dias após a exigência.

6)Q2392058 - FGV - SEFAZ AM - Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – 2022) João, servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, no exercício da função, de forma dolosa, livre e consciente, exigiu tributo que sabia indevido. De acordo com o Código Penal, João, em tese, praticou crime de

- A) concussão, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- B) excesso de exação, cuja pena é de reclusão de três a oito anos e multa.
- C) emprego irregular de rendas públicas, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa.
- D) peculato, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- E) corrupção ativa, cuja pena é de detenção de três a oito anos e multa.

7) (Q2682160 - IDECAN - SEFAZ RR - Técnico de Tributos – 2023) A prática do crime de excesso de exação pode ocorrer se o funcionário público exigir tributo ou contribuição social que sabe ser indevido. Caso esse funcionário desvie, em proveito de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos, é possível afirmar que:

- A) inexistirá crime quanto à conduta do funcionário público.
- B) haverá crime de peculato-desvio.
- C) está sujeito à mesma pena em abstrato prevista para o crime de concussão.
- D) haverá crime de prevaricação.
- E) estará sujeito a pena de detenção e multa.

8) (Q2072949 - VUNESP - Prefeitura de Arujá - Encarregado de Cadastro Imobiliário – 2019) Caio, funcionário público encarregado da cobrança de tributos, em razão do inadimplemento contumaz da empresa “Pão de Mel”, ficou um dia inteiro com um megafone dizendo que a empresa e seus sócios eram caloteiros e não pagavam seus débitos. A conduta de Caio é:

- A) prática do crime de excesso de exação.
- B) lícita, tendo em vista que, como funcionário público, deve empregar todos os meios para incentivar o pagamento de tributos pelos devedores do fisco.
- C) prática do crime de advocacia administrativa.
- D) prática do crime de violência arbitrária.
- E) prática do crime de violação de sigilo profissional.